

FLAVIUS CRESCONIUS CORIPPUS: ENTRE A ÉPICA, O PANEGÍRICO E A HISTÓRIA

Manuel Rodriguez Gervás¹

Resumo

A obra literária de Flavio Cresconio Corippo se enquadra historicamente entre o período de maturidade do governo Justiniano e a ascensão ao poder de seu sucessor Justino II. Duas obras de caráter diferente: A *Iohannis* relata as batalhas de Juan Troglita, *magister militum*, desde 546 a 548. O outro poema, *In laudem Justini minoris*, narra a morte de Justiniano e a subida ao poder de seu sobrinho Justino II, 565-566. A importância das duas fontes literárias não está em seu relativo valor literário, mas na informação histórica: Mas sobre tentar construir uma estrutura ideológica-propagandística que, ao mesmo tempo que servia de propaganda aos reinados de Justiniano e Justino II, buscava conectar o passado glorioso romano com o Império Bizantino.

Palavras-chave

Bizâncio; retórica; Corippo; propaganda política.

¹ Professor Doutor - Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha. E-mail: gervas@usal.es

Resumen

La obra literaria de Flavio Creconio Coripo se enmarca históricamente entre el periodo de madurez del gobierno de Justiniano y la subida al poder de su sucesor Justino II. Das obras de carácter diferente: la *Iohannis* relata las batallas de Juan Troglita, *magister militum*, desde el 546 al 548. El otro poema, *In laudem Justini minoris*, narra la muerte de Justiniano y la subida al poder de su sobrino Justino II, 565-566. La importancia de las dos fuentes literarias no está en su relativo valor literario sino en la información histórico; pero sobre en intentar construir un entramado ideológico-propagandístico que, al mismo tiempo que servía de propaganda a los reinados de Justiniano y Justino II, buscaba enlazar el pasado glorioso romano con el Imperio bizantino.

Palabras claves

Bizancio; s. VI; Retorica; Coripo; propaganda política.

Contexto histórico-literário

Flavio Cresconio Coripo, Flavius Cresconius Corippus, segundo os manuscritos (Partsch, 1987; 1961; praef. XLIII, n. 1) foi um poeta africano, mais precisamente um gramático, *Africanus grammaticus* (Antes, 1981: XII e LXXXIX, XCII; Ramírez de Verger, 1985:12), segundo reúne ao *codex Matritensis* (BN 10029) que se encontra na Biblioteca Nacional de Madri. Pouco sabemos com certeza sobre sua carreira profissional, mais além do ofício já citado de gramático, desconhecemos onde viveu, talvez em uma das escolas públicas nas proximidades de Cartago, ou na própria Cartago (Antes: XII, n; 1). Deve ter nascido no fim do século V, ou no início do século VI, pelo expressado em seu panegírico a Justino, escrito em 565 depois da morte de Justiniano, onde aponta sua velhice (Praef, 37).

De Coripo chegara até nós duas obras: a *Iohannis*, também chamada *De Bellis Liycis*, em homenagem ao general de Justiniano, Juan Troglita, e o panegírico *In laudem Iustini*, dirigido ao sucessor de Justiniano, Justino II; estas duas obras estão separadas no tempo por mais de quinze anos. Provavelmente tenha escrito mais composições, mas talvez seja especular em demasia atribuindo uma obra de caráter bucólico apesar de que no prefácio da *Juánide*, aponta que “Cantei pelos campos, vou enviar publicamente meus poemas à população da cidade” (Praef 25-27; Ramirez de Verger:11; Ramírez Tirado: trad. p.33). Sua notoriedade pública ocorreu ao se declamar perante o senado de Cartago um poema laudatório *Juánide*, escrito após a guerra contra povos do norte da África, e dedicado – como citamos antes- ao General Juan Troglita, por volta do ano 550; o post quem da composição seria ao final a guerra em 548 (Cameron 1976: p; 1; Romano 1970: p. 9). É factível pensar que a fama que proporcionou o poema épico facilitaria sua transferência para a corte de Constantinopla (Cameron 1965: 490), onde desempenhou um cargo na corte, *principis officium*. Averil Cameron sugere que serviria nos *tribunii et notarii* o *scrinarii* (Cameron: 1976, 1 y 200). Sua ascensão social e institucional e sua transferência à Constantinopla deve ter vinda da mão do Questor Anastasio a quem dirigiu um pequeno panegírico anterior ao de Justino II (Romano: 1970, p. 7; Ramirez de Verger, 1985. 12). Pode resultar atrativo que um escritor assentado na corte constantinopolitana escrevera seu panegírico a Justino II em latim, mas o latim seguiu sendo estudado pelos filhos da nobreza e sendo utilizado por funcionários da corte (Marrou, p. 48), e especialmente na época justiniana, com um imperador latinófilo; além disso, há um elemento propagandístico a levar em conta: a nova Roma defendida pelo imperador devendo ser

continuadora da Roma antiga; o presente em definitivo afundava suas raízes no passado glorioso (Romano 1970: 9 s).

À margem das especulações mais ou menos comprováveis o certo é que Coripo seria mais um entre os oradores cortesãos que com apoio da corte bizantina desenvolviam seu officium laudatório no ambiente palacial. Nos primeiros versos de *Iohannis*, faz um elogio de Justiniano que submete os reis *indígenas* “*tyrannis*” africanos. Poetas e retores eram procurados pela corte imperial bizantina. O cerimonial intrínseco a ela requeria professores e gramáticos para sua atividade propagandística, igualmente para formar parte da burocracia e dos *scrinia* do imperador (Kaster 1988: 17 ss). Há de ressaltar que Coripo sabia combinar a tradição clássica com a influência cristã, como salientaram diversos estudos (Tommasi Moersch, 2001: 250-276) devia ser bem acolhida em Constantinopla, mais se levarmos em conta que desde o século IV, e de maneira muito especial em Bizâncio, surge um construto discursivo que interliga ao estilo arcaico pagão com o discurso cristão. (Av. Cameron 1991: p. 129 ss. e 223). Como observa Ernest Stein, Coripo não é o primeiro poeta cristão que abandona as tradicionais alegorias sobre deuses e heróis célebres, já que em suas obras aparecem certos personagens míticos, embora que seja o primeiro que em um poema profano a não utilizar de forma recorrente as alegorias tradicionais (Stein, 1949, p. 639). Talvez seu estilo clássico e cristianizado tenha em sua parte a ver com o programa ideológico que acompanha o governo Justiniano; já no começo do seu reinado marcou uma linha de enfrentamento com o pagão, assim em 529 realizou uma purgação de retores e filósofos de tendência cristã (Cód. Iust. 1.11.10.2-3; Evans: 1996, p. 67-67, n. 254-255).

A primeira das obras, a *Iohannis* de *bellis Libycis* (Diggle-Goodyear: 1970, VII-IX) foi composto em meados da década de 550, o relato expõe as vitórias de Juan Troglita sobre os povos *mauri*, sucesso que se encerra por volta de 546-548 (Moderán 2003: pp. 566-644).

A obra aparece dividida em oito livros e um prefácio dirigido aos nobres de Cartago, *proceres cartaginienses*, o que pressupõe que foi pronunciado perante o senado da cidade. A decorrer da obra descreve a paisagem africana em um contexto de enfrentamento entre os povos indígenas e Bizâncio, e a vitória do exército de Justiniano. O final do poema desapareceu, mas o último fragmento conservado descreve a matança do exército inimigo e a debandada do mesmo, *Inuadunt mactanque uiri genitilapassim corpora Marmaridum* (VII, 646-647). O poeta recorre aos autores clássicos: Virgílio, Ovídio, Lucano, Sílio Itálico, Estácio, e

naturalmente Claudiano, o que facilita construir um poema nacionalista buscando de forma intencional uma marca clássica (Ramirez Tirado, 13; Tommasi Moreschini: 2001, pp.14-20; 2009, 160). Um breve panegírico a Anastasio, questor do Palácio, de apenas umas cinquenta linhas, elogia o que parece ser protetor e padroeiro do poeta africano. Estamos diante de um escritor romano filo bizantino que reduz a anedota a presença vândala na África e as dificuldades de Bizâncio para tomar o controle do Norte da África. Sua cultura tradicional e cristã se colocava ao serviço de uma política imperial que justificava o expansionismo do reino de Justiniano, minimizando a estrutura de poder do reino vândalo na África (Hays 2004: p. 119 ss). É, no fim das contas, um autor que contribuiu para propagar e enaltecer a “Reconquista” bizantina na África (Cameron 1983 (1996): p. 170 s; Vinchesi 1998: pp. 195-199; Tommasi Moreschini 2001: p. 262 ss.).

A segunda das obras de Coripo é um elogio ao Imperador Justino, *In laudem Iustini Augusti minoris*, poema a meio caminho entre o panegírico e a épica (Nissen, 1940: 298-325; Cameron: 1976, 2; Antès 1981: XVII; Ramirez de Verger, 1985: 13), ainda que algum estudioso defenda que é mais um panegírico que outro gênero retórico (Estefania Álvarez 1972: 68). Começa com um prefácio em honra de Anastasio, questor e chefe da guarda imperial, provável protetor do poeta. O restante está formado por quatro livros, desde a noite que morre Justiniano, 13 de novembro de 565, aos primeiros momentos da tomada do poder de Justino II, e posteriormente a manhã de 21 de novembro e 1 de janeiro de 566). (Antès 1981:L). Sobre a sua construção deve-se salientar que todas as partes foram escritas na mesma data. Os primeiros 3 livros devem ser do final de 566 ou do começo de 567. O quarto livro entre o final de 567 ou 568; de datas similares é o prefácio, enquanto que o panegírico de Anastasio é feito entre 565 e início de 566 (Antès 1981: 20). Definitivamente estamos diante de uma epopeia de base histórica construída com um estilo encomiástico e celebratório mais próprio do panegírico (Ramirez Tirado: p.15).

Por conseguinte, as duas obras de Coripo remetem a uma literatura entre épica e laudatória que conecta o passado mítico de Roma com o presente bizantino (Cameron 1983 (1996): 168). A forma arcaizada, tão apreciada pelos escritores tardo-antigos emulando os poetas e escritores da idade de ouro latina, facilita a propaganda de continuidade entre o passado glorioso romano e o presente, no menos glorioso para o retor. As imagens cristãs terminam por dar a configuração definitiva (A. Cameron: 1967, pp.

308-309, Hofmann: 1989, p. 362 ss.; Tommasi Moreschini: 2001: 256, 261; eichert 2017: 1).

Contexto geopolítico

A obra de Coripo deve relacionar-se com a expansão que levou a cabo Justiniano, cujo poder se limitava a parte oriental do Império romano, que herdou Justino II. Quando Justiniano ascendeu ao poder, o Império romano se reduz a parte oriental, que havia ficado menos afetada por invasores, mas pelo contrário suportava a pressão do império persa (Stein 1949: 247-273; Maravall 2016: 58-63). Por outra parte excetuamos os vândalos, os povos germanos que controlavam grande parte do império romano ocidental, mantinham, em diversos graus, uma certa ligação simbólica com o Oriente (Maravall 2016: 17), ainda que uma relação complexa desde o imperador Zenon (474-491) (Stein 1949: 58 ss).

Este é o panorama geopolítico que se encontra Justiniano em 527 quando chega ao Império. Os vândalos, entre todos os reinos germânicos, foram os que de forma aberta romperam com as formas duplas jurídico-políticas com que foram governados os reinos germânicos assentados no Império, que mantinham uma certa coexistência com os habitantes romanos dos territórios conquistados. Os vândalos não implementaram o sistema de pactos da *hospitalitas* que empregaram os outros reinos germânicos, ao contrário as grandes propriedades das aristocracias romanizadas foram expropriadas, criando-se uma aristocracia vândala alheia por completo da população romanizada, e concentrados militarmente em diversas praças fortes, especialmente na capital Cartago (Courtois, 1955, 325-339; Maier 1987: 201; Merrills & Miles 2010: 50-55 y esp. 67-70). A autonomia vândala foi validada por Zenon que se viu obrigado em 474 a reconhecer a independência e soberania do reino vândalo de *Genserico* (Stein 1949: 59-60; Maier 1987: 200-204; Merrills & Miles 2010: p. 123).

Desde muito cedo Justiniano manteve uma política de reunificar os territórios do antigo Império romano fiel a *Renovatio Imperii*, proposta político-ideológica, que ansiava pela soberania dos antigos domínios romanos no Ocidente, plano animado tanto pela instabilidade interna dos Estados germânicos como pela defesa dos habitantes católicos do Ocidente, ansiando um Império cristão unificado. Ditas ideias foram fundamentais para levar adiante uma política expansiva que em grande medida queria emular os tempos teodosianos. Este ambicioso projeto de política exterior justiniana é paralelo a compilação jurídica encaminhada

a facilitar uma governança homogênea em todo o Império, que ajudara a unificação política. Não foi coincidência que este amplo programa político Justiniano esteve de fora do último dos imperadores bizantinos a ter como língua materna o latim; tradicional veículo ideológico-institucional a decorrer da história do Império romano (Evans 1996: 126 ss; Maraval 2016: 66-67).

Justiniano não chegou totalmente a controlar os antigos territórios imperiais, mas passaram a Bizâncio o reino ostrogodo da Itália, o litoral mediterrâneo da Península Ibérica o reino vândalo da África, acontecimento que é narrado por Coripo em Juánide III.13.44 e em Panegírico a Justino, 1, 275-274 (Evans 1996: 84 ss., Haldon 2003: 17; Merrills & Miles 2010: 228 ss.). Os êxitos de seus generais Belisario e Narses fizeram possível de desde 533, com a vitória sobre os vândalos em 553, praticamente se conseguia dominar um grande espaço do Ocidente. No entanto, a vitória na África sobre os vândalos não acompanhou a uma pacificação do norte da África, dado que as tribos bereberes faziam incursões às zonas costeiras e mantinham um domínio de amplos espaços continentais. A revolta e o enfrentamento entre bizantinos e as tribos norte africanas estão refletidas fundamentalmente na Juánide de Coripo (Cameron 1980: 534-535; Moderan 2003: pp.38-42).

Outro dos aspectos que resultaram problemáticos para Justiniano foi a fronteira oriental com sua vizinha Pérsia sassânida. Durante quase cento e cinquenta anos, depois das conquistas de Sapor II no último terço do século IV. Havia se mantido uma certa estabilidade na fronteira romano-sassânida. Este status quo, um tanto instável, acabou com a intervenção do exército bizantino sobre Nísibe, em 527, aproveitando uma época de dificuldades sassânidas no Leste, depois de uma trégua de poucos anos, as hostilidades voltaram entre ambos impérios, mas neste caso o Império persa conseguiu grandes conquistas na Síria, finalmente no ano 562 se conquistou uma paz a custo de elevados tributos pagos aos persas, que repercutiram gravemente nos cofres do Estado bizantino; um subsídio fixado em 30.000 000 *solidi per annum* (Maier 1987: 233-34, 238; Evans 1996: 89-95, 114-118 y 257)

Justino II, o sucessor de Justiniano e sobrinho deste, chega ao Império de forma um tanto surpreendente (Maravall 2016: 35 ss; Whitby 2004: .86) e, segundo o contemporâneo Procopio, com um escasso nível de instrução e de habilidades nos assuntos de Estado (Procopio, H.S., VI). Afirmção que foi repetida pela historiografia moderna, no entanto, é necessário citar alguns aspectos: em primeiro lugar sua habilidade para chegar ao

poder, demonstrando a capacidade de demonstrou para controlar os retores do palácio imperial, mas levamos em conta que no início havia sido *curopalatus*, cargo sem muita relevância na corte, mas cuja centralidade e proximidade imperial o permitiu manobrar e contar com apoio dentro do próprio palácio imperial, entre outros com o *comes excubitorum* Tiberio, chefe da guarda imperial. Contou além disso com o apoio do *quaestor Anastasius*, do novo patriarca de Constantinopla – Juan Escolástico- também das facções de circo, sendo finalmente ratificado pelo Senado que sancionou a ascensão ao trono de Justino (Stein: 220-221, Whitby 2004: p. 87).

O imperador Justino II agravou em grande parte os problemas exteriores que haviam acontecido nos últimos anos de seu tio Justiniano. Aos enfrentamentos contra os ávaros há que somar na fronteira oriental a ruptura de paz com os sassânidas. A situação se complicou ao não contar Justino II com boa situação orçamental e, também, com um exército suficiente, o que provocou dificuldades na política exterior: entrada na Itália dos lombardos (568), ocupação de novo dos visigodos dos territórios da Península Ibérica (572). A reconquista de Simium em 567 foi possivelmente a troco de pagamento aos ávaros; ainda que a nefasta estratégia nos Bálcãs provocou que poucos anos mais tarde, governando o seu sucessor Tiberio, fora definitivamente tomada pelos ávaros (582). A guerra com a Pérsia se reinicia, e depois de alguns primeiros acontecimentos favoráveis na campanha de 573, que leva ao exército bizantino diante de Nísibe, tudo mudou depois do amotinamento do exército e a rápida resposta de Cosroes que arrasou Síria.

Os acontecimentos internacionais dos primeiros anos de Justino, possivelmente até 568 ou talvez alguns poucos anos depois, são narrados por Coripo em seu panegírico ao imperador. Deve-se levar em conta que nestes primeiros anos, ainda não haviam sucedido muitos dos reveses que aconteceram durante o seu governo, assim o retor pode elogiar ainda a firmeza do imperador diante dos persas e ávaros em meio debilidade de seu antecessor Justiniano.

Iohannis seu de bellis libycis (juánide)

O poema épico comemora as vitórias de Juan Troglita, general Justiniano, sobre as tribos bereberes. A própria estrutura diacrônica do poema, ainda que com digressões, contribui para estabelecer uma imagem do poder bizantino, desde o mesmo momento do desembarco da frota bizantina em

Caput Vada (Cabo-Bajíos-Túnez), lugar onde anos antes -533- segundo escreve Procopio em sua Guerra vândala (III,14,17), desembarcou o general Belisário para submeter ao Reino vândalo. A *Iohannis* termina, como comentamos mais acima, com a persuasão do exército bizantino aos vencidos *mauri*.

A obra de Coripo em parte coincide com a citada guerra vândala de Procópio, mas só em parte, já que esta última trata o período de 533-546 e a *Iohannide*, desde 529 a 548. Não parece possível que Coripo conhecesse a obra do autor Bizantino, mas suas descrições dos povos líberos é própria de uma pessoa que é protagonista próximo aos acontecimentos que narra e os conhece em primeira mão (Cameron, 1983 -1996-: p. 172). Os estudiosos deste poema salientam a importância dos dados etnográficos e, tal e como afirma Moderan é “*le premier fondement de tout étude du monde maure au VIe siècle... un véritable document historique et ethnographique*” (Moderan 2003: p. 42).

Uma primeira leitura nos dá as chaves do objetivo de Coripo, este não é outro que mostra a seus cidadãos que as províncias africanas voltaram a romanidade das mãos do imperador Justiniano. Porém, pode debaixo desta primeira impressão aflorar outros aspectos relevantes que nos mostram o funcionamento social, por um lado, e o pessoal do autor por outro. A *Iohannides* busca tranquilizar os provincianos diante dos bárbaros berberes, a respeito deve citar que na obra aparecem três tipos de grupos: por um lado os que o autor denomina romanos, que não são outros além de soldados bizantinos, por outro lado estão os africanos, ou seja, os provincianos indígenas romanizados, e por último os bárbaros que são denominados por gentios, em outras ocasiões associados com epítetos frequentes e seculares para denominar o bárbaro: *ferus, acerbus, horridus nefandus, malignus, impius...* (Moderan 2003: 39-40; sobre aspectos mais gerais Rodrigues Gervás 2008: 154).

No entanto, e a margem do exposto, acreditamos que se condicionantes e pressupostos ideológicos do autor que servem para entender a *Iohannide*. A declamação do poema diante do senado de Cartago e os imperativos do gênero servem para exaltar o domínio vândalo. Assuntos religiosos, como a cisma dos Três Capítulos, complicavam ainda mais o domínio bizantino (Moderan 1986: 205-208). Agora a eficácia propagandística do relato agradou o poder bizantino o que permitiu transcender o âmbito local africano e chegar ao próprio palácio constantinopolitano, através de seu patrão o questor Anastasio (Cameron, 1980: 535).

A obra se constrói através de antagonismo entre a *ferocitas* das tribos mauri e a *virtus* do exército bizantino. A dualidade que reflete o poema em certo ponto anula as contradições e conflitos entre o poder bizantino e os provincianos africanos. A oposição principal se produz entre Bizâncio e os povos bereberés, presente no livro dois. Aparece um conjunto de tribos e líderes sobre os quais se destaca Antalas, o líder mauri que reúne todas estas *gentes*, “inumeráveis tribos que cobrem os largos campos e rios sinuosos”. A descrição pormenorizada de Coripo durante o livro dois tem por objetivo, como algum estudioso há demonstrado, ressaltar as peculiares diferenças de vida, hábitos e forma de combater dos povos “moros”. Pretende-se ressaltar a importância numérica destes povos e sua identidade bárbara o que justifica que sejam expulsos e afastados de “*la romanitas*” (Moderan 1986:211).

Outro antagonismo que o poeta relembra em diversas ocasiões, é a oposição entre o “Bom bárbaro” Cúsina, aliado dos bizantinos, e Antalas, chefe dos denominados *laguantan*, e um dos principais líderes da Bizacena: cuja a mutável política flutuava entre a amizade e a hostilidade com os romanos e vândalos (II, 30-41). Dita independência era desagradável para Bizâncio, daí que sua presença seja desacreditada, *Antalas nascente fero* (III,67) (Ramirez Tirado 1997:60. N. 45. Moderan 2003:315-324). Diante ao rebelde Antalas, surge um chefe de uma tribo que nos é desconhecida, Cusina, quem em contradição, é fiel aliado, *semperque fidelis Cusina* (III, 406-408). Cusina para Coripo é o paradigma de fidelidade a Bizâncio, opinião que diverge de Procopio que afirma que se uniu por um tempo ao Antalas; a divergência entre estes dois autores serve a Moderan para salientar que o poeta africano mistifica a realidade com a finalidade de se opor ao bom moro e ao governante tirano, proposta que tem o imperialismo romano- bizantino como primazia (Moderan, 1986: 204; Tommasi Moreschini 2001: 277; Tommasi Moreschini 2002: 184-185).

A religiosidade é outro dos elementos diferenciais, diante do paganismo dos povos bereberés está o cristianismo bizantino-romano. Tal dicotomia responde tanto a própria narrativa cristã que, apesar do verniz clássico empregado em mitos e deidades, põe a providência divina como última causa da derrota dos moros (VII, 475 ss.) (Hofman 1989: 363). O sétimo livro é uma boa amostra do cristianismo do autor, ao pôr na boca do general Juan o discurso às tropas romanas que põe seu destino nas mãos de Deus (e que lembra mais ao Deus do Antigo Testamento que ao do Novo Testamento) (Ramírez Tirado 1997:17). A piedade do general bizantino contrasta com a impiedade de Antala, adorador de Amon (II,

110, III, 81; VI, 116, 147, 179, 190, 556; VII, 515, 519, 534; VIII, 252, 304), deidade descrita como ineficaz aos favores de seus fiéis e enganador a quem o segue: *Ah, miseras fallunt sic numina gentes!* (II,113). A predileção oracular de Amon “banhou os campos com o sangue coagulado” se torna uma cruel ironia nas palavras de Juan Troglita quem, ao colocar sobre estacas as cabeças dos prisioneiros proclama: “Ocupeis de maneira mais segura estes nossos campos” (VII, 538-540).

Definitivamente a *Iohannide* resulta ser reveladora de um período turbulento que, depois do fim do reino vândalo e a conquista bizantina, não supôs a estabilidade do Norte da África acuado pelos povos bereberes, o qual obrigava seus habitantes a fugir e abandonar suas casas (I, 410-415). O valor da *Juánide* desde o ponto de vista historiográfico se encontra em narrar a guerra líbica com maior ou menor precisão que Procopio. Também é uma fonte inestimável para o conhecimento da geografia e etnografia dos povos mauri. É uma obra cujo um argumentário cumpre com finalidade de reforçar o ideal de segurança e romanidade justiniana entre os nobres provincianos africanos. E ao mesmo tempo que louvava a grandeza de Bizâncio e neutraliza a ansiedade de seus contemporâneos diante dos múltiplos conflitos da época (Av. Cameron, 1983 (1996): 168).

In laudem iustini augusti minoris.

A segunda obra de Justino a *laudatio* a Justino II é outro poema que tem como finalidade elogiar a figura imperial, centrando-se em três momentos do governo de Justino: sua chegada ao Império depois da morte de Justiniano, do que se narram aspectos diversos de seu governo (14 de novembro de 565), o segundo livro descreve os acontecimentos do dia 15, depois de dirigir-se Justino II a orar ao templo do Arcanjo São Miguel, pôs o colar de Imperador e pronuncia um discurso diante do Senado e posteriormente se transfere ao Circo onde é aclamado pelo povo de Constantinopla. Esta viagem da Cúria ao circo não é mais que simbolização da tradicional averbação legitimadora de qualquer imperador romano, que requer que o senado e o povo romano ratifiquem e confirmem a legitimidade do imperador. O terceiro livro, por último, se inicia com as exéquias a Justiniano, possivelmente em 21 de novembro quando apresentam-se as tropas e os altos funcionários ao imperador. Revela o outro lado dos poderes constituídos do sistema imperial bizantino: o exército representado pelas tropas palacianas os *excubitores*. Neste mesmo dia relata-se a recepção imperial aos embaixadores ávares,

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 – 2021.2. p. 265-285.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13935

e sua negativa a seguir mantendo os subsídios de pactos que seu antecessor Justiniano havia feito, medida condicionada pela falência financeira (Evans 1996: 260-261). Por último no quarto livro busca-se a restauração do consulado (Ramírez de Verger 1985: p. 13; Ramírez Tirado 1997:244) ocorrendo em 1 de janeiro. O poema inclui no início um pequeno panegírico ao questor Anastasio. Os investigadores coincidem em destacar que estamos diante de um poema épico com elementos da epopeia, e com uma estrutura típica do encômio Nissen 1940: 298-325; Antés 1981: XL-LX). Dar a impressão que Coripo pretende legitimar o que provavelmente foi um complô (Ramírez de Verger 1988:192) e que Coripo faz dissipar através da *recusatio império*, simples ritual político que exterioriza as escassas ambições do aspirante (Antés: XLV-XLVII; Ramírez Tirado 1997: 245). A legitimação de Justino II se enquadra na teoria política sobre a realeza no século VI d.C., que integra, transforma e cristianiza mecanismos dos princípios e bases teóricas da realeza do alto império e baixo império. Justino afim de realizar o processo formal de imposição imperial é apresentado como o bom príncipe cristão, imbuído de caráter sacro pela divindade, representando um conjunto de virtudes que o destaca e magnifica diante de Deus e súditos. (Hidalgo de la Vega, Pérez Sánchez, Rodríguez Gervás 2001:382).

Um elemento relevante na hora de estruturar as diversas partes do panegírico, talvez não perceptível na primeira leitura, é a vontade do orador para integrar aos distintos grupos sociais no projeto político de Justino II. A urgência dos grupos palacianos, elemento do senado e dos altos dignitários da corte, por nomearem Justino a imperador não se garantia *per ser* a estabilidade social do Estado. Em primeiro lugar pela própria situação da capital, Constantinopla havia sofrido trinta anos antes um forte protesto social, a rebelião de *Niká*, que esteve a ponto de cortar o cetro de Justiniano: desde 500 d.C as revoltas foram mais violentas como resultado da supressão aos teatros e a subsequente unificação do teatro e circo e a repressão, tal e como destaca Alan Cameron (ver Stein 1949: II 449-56; Martindal em 1960: 32-50, Al. Cameron, 1976: 225-7; 278-80; Moorhead 1994: 44-9; Evans 1996: 119-25. Nippel 1995: 112 ss; Patlaglean 1977:213 ss: Av. Cameron 1993:171-4). Não voltaram a se repetir desordens de tal magnitude, porém a coesão social da capital era escassa dada a débil estrutura socioprodutiva da mesma e o desproporcional aumento demográfico fruto das migrações camponesas. Tal aumento demográfico foi acompanhado, de revoltas e outros comportamentos antissistema, como pode ser o furto e a pilhagem, que tem sua resposta por parte do poder nas leis repressoras (Dagron 1974:77 ss.; Patlaglean 1977:203). O próprio panegirista eco disso ao pôr na boca de

Justino a recomendação de cessar as disputas *priventur caedes, studiorum iurga cessent* (II,336). O medo diante de uma possível reação popular depois da morte de Justiniano é posto na boca dos senadores, que em um exercício de classe exclamam "tudo está perdido, se o povo perceber a sede sem imperador"(I.177-78).

Apesar de que Coripo apenas leva em conta as necessidades e interesses da plebe, no entanto sua presença aparece durante o poema. O poeta emprega diferentes termos para designar o povo, sendo os mais frequentes *populus*, *plebs*, *vulgus* (Rodríguez Gervás 1998: 335). *Populus-Populi* (mais frequentemente no plural), faz referência a multidão indistinta, associada com atividades de massas, e desfiles, em alguma ocasião essa multidão aparece concretizada nas facções circenses, as denominadas *partes* (II, 310, 314). Outras *populus* se emprega genericamente para referir-se a povos alheios ao âmbito romano-bizantino, apesar de que o mais corrente neste caso é a utilização do término *gentes* (Cramer 1989: 354). Em um contexto institucional clássico aparece nomeado o *populus romanus*, no entanto neste caso é para estabelecer uma identidade entre o Senado romano e o de Constantinopla, sendo os membros deste último também *patres* do povo romano, *romani populi patres sine semine facti* (IV, 331). Em ocasiões o vocábulo tem um componente negativo acusando ao *populus* dos distúrbios urbanos entre gangues e grupos rivais, daí que o imperador peça que cessem os distúrbios populares, *populorum iurga cessent*, II, 231, (Cramer 1989: Rodríguez Gervás 1998:336). A obra de Coripo expõe uma dualidade em torno dos grupos populares, por um lado aparece uma conotação negativa, na que as multidões plebeias são temidas por seus excessos. Por outro lado, o *populus*, entendido como componente institucional, é considerado indispensável e digno de elogio. Esta última concepção do povo legitima o poder imperial de Justino II, e forma parte do sistema institucional bizantino. Assim o suporte imperial estaria baseado em três pilares: o *populus*, o *Senado* e, desde a época imperial tardia, o exército. (Straub 1939: 80 ss), representado pelos *excubitores*; aos que havia que agregar aos altos funcionários imperiais, I, 64-65, *proceres* (McComick 1990: 228-230).

Um sistema sócio-político desigual, cujo paradigma representativo se descreve através da analogia do corpo humano. Analogia amplamente utilizada na antiguidade para representar o ordenamento social (II, 185). Estamos diante de uma metáfora política hierárquica onde o povo são os pés, controlados pela cabeça, o imperador, e sustentados pelo peito e os

braços, a aristocracia do senado e palaciana e o exército (Ramirez de Verger, 1988:195 ss).

A plebe cumpre o papel de ratificar a própria ascensão imperial e a política do soberano através do alvoroço feito visível no circo e na procissão imperial (I, 355-356; II, 84-85; III, 62-84). A alegria pública segue sendo, igual que em épocas passadas, um sinal inequívoco do triunfo, a *publica laetitia* remete ao imaginário coletivo a vitória imperial (Mazzarino, 1974: 229 ss, Fears, 1981: 376 ss: McComick: 1990: 234). O circo é o território por excelência das manifestações populares, sejam violentas e de rejeição ou, como neste caso, de aceitação. Cicerón em *Pro Sestio* (106-115) associava os jogos e seu espaço a uma espécie de assembleia do povo (Cameron, 1976:80, 157) Clavel-Leveque, 1986:2462 s., Vespignani, 1994: 60 ss). Os gritos *tu vincas*, *Justine* (I,358) ou outros gritos similares são repetidos pelo povo e as facções ao entrar no hipódromo (II,308-311). Justino após se submeter à aprovação popular, pronuncia um discurso que apresenta uma imagem da cidade degradada, prometendo restaurar a ordem pública e castigar os injustos e ladrões (II, 335-360). O discurso enfatiza o respeito pela lei e a justiça, esta virtude é propagada pelo orador como reconhecimento do bom governante. (II, 258) (Hidalgo de la Verga, Pérez Sánches, Rodriguez Gervás 2001: p. 383).

A *laetitia* popular obriga o imperador a levar a cabo medidas de graça, expressão de seu *pietas*, lançando moedas ao povo, *sparsio* (II, 351 e IV, 11) acontecimento que ocorre em 1 de janeiro de 566 na reinauguração do consulado, o bem mediante a remissão de dívidas (Mazzarino, 1974:244 ss). Justino decide pagar as dívidas que seu tio Justiniano havia feito junto aos banqueiros, *syngrapha*, (II, 372-372) (Díaz Bautista 1987: 106, 140 e 155). A reparação das dívidas por parte deste o mostrava mais clemente que seu antecessor e reafirmava a proposta de uma *renovatio imperial* (Ramírez de Verguer, 1988:198). A magnanimidade imperial se estendeu aos dignitários, senadores e oficiais do palácio (IV, 86-189), igualmente ao Senado (IV, 142-146) (Ramírez Tirado: 304 n. 74).

Os poemas de Coripo, embora com diferente abordagem e finalidade, constroem o que poderíamos denominar um *speculm principis*, bem diferente de Justiniano e de seu comandante em chefia Juan ou mesmo de Justino II. A imagem de um governante ideal é utilizada pelo orador tanto do mundo romano como da retórica cristã. Coripo não entra em discussões teológicas, mas as expressões religiosas de sua obra se destacam dentro do credo constantinopolitano, que supõe uma fórmula de fé aceita pela igreja, fórmula expressa explicitamente em *Iohannis*, I,

285-290; e em termos semelhantes a encontramos em *In laudem Iustini II*, 10,15. Não se ecoa a política religiosa imposta por Justiniano, ao aplicar uma lei em 543 contra os defensores dos três capítulos (Barbero 1987: 123; Chawick 2003: cap. 10). Política que Justino, desejando superar as divisões religiosas de seu antecessor, que afetaram em grande parte a Igreja Ocidental e especialmente a África e Hispania, quer voltar a doutrina do Concílio de Calcedônia de 451 (Duchesne 1925: 192-210; Barbero 1987: 129 ss; Moderan, 1986: 207; Hidalgo de la Veja, Dionisio Pérez, Rodriguez Gervás: p. 386).

Definitivamente vale ressaltar que a elaboração de uma teoria do poder imperial presente em Flavio Cresconio Coripo não é inovadora, uma longa tradição havia recaído sobre o Império, tanto na parte Ocidental quanto Oriental, aparecendo a imagem do imperador através de uma série de virtudes que estão personificadas na figura imperial que define o bom governante, um *dominus* protetor de seus súditos, implacável ao seus inimigos e empenhado em manter a *aeternitas* romana (McCormack 1981: 161 ss., Rodriguez Gervás, 1991: 78-109; Hidalgo de la Veja, 1995:27-34; 238; Zarini 2015: 1 ss.). Nos autores cristãos desde Eusébio de Cesarea (Mac Cormack 1975: 145-147) a legitimidade imperial não reside totalmente no príncipe através da Virgem, está anunciando Justino herdeiro legítimo de Justiniano (I,46-48). A teoria teocrática emerge em diferentes paisagens: (I, 152; 182; 209-210; 298-300; 366-367; e no decorrer da obra em II, 45; III, 333, 360-361; IV, 277, 339-340; Ramírez de Verger 1988: 193 s).

Conclusão

As duas obras de Coripo representam o poder bizantino, porém em duas conjunturas diferentes, África entre 546 e 549 e Constantinopla entre 565 e 566. Ambas as peças constituem um *epos* histórico evidenciando a existência de um ambiente “patriótico” romano próprio do século VI e em sintonia com os valores justinianos (Romano 1968: 258-259; Ramírez Tirado 19). Entretanto, através do enunciado de feitos históricos, compostos com a maior ou menor exatidão, refletem-se elementos justificadores do poder imperial. Os dois poemas, tanto o dedicado a Juan Troglita e o laudatório a Justino II, descontextualizam a práxis sócio-histórica, apesar de uma certa verossimilhança histórica, e por isso servem para neutralizar as contradições e os conflitos de interesses, sociais e políticos que se dão no Império Bizantino deste período. A vigência da obra de Coripo resistiu em outros âmbitos do Mediterrâneo;

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 – 2021.2. p. 265-285.

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13935

muito especialmente o panegírico a Justino, demonstrando sua eficácia ideológica na Hispania visigoda. Serviu, pois, de relato integrativo em diversos territórios, e incluindo em outra épocas, pela grande capacidade que teve de se mistificar o processo histórico, somente possível pela sabedoria de Coripo em combinar contexto histórico com a estrutura cultural, ideológica e religiosa na qual os ouvintes ou leitores se reconheciam, e na qual combinavam-se o clássico e o cristão; a teoria do poder imperial romano e a nova da *restauratiobizantina* (Hidalgo de la Vega, Dionisio Pérez, Rodríguez Gervás; 390 s.). Conclui-se que os historiadores contemporâneos estão diante de um dos relatos que podem não ter sido consideradas grandes peças oratórias, e duvidosa validade histórica como fonte historiográfica, entretanto, alcançaram grande eficácia propagandística de poder imperial bizantino em seu empenho em legitimar uma expansão territorial que se fazia herdeira do antigo Império Romano.

Referências bibliográficas

Principais edições

Juánide

PARSTCH, J. *Corippi Africani Grammatici libri qui supersunt*, (MGA Auct.Ant, III 2) Berlin, 1961.

DIGGLE, J&GOODYEAR, F.R.D. *Flavii Cresconii Corippi Iohannidos seu de bellis Lybicus Libri VIII*.Cambridge University Press, Cambridge, 1970.

Panegírico a Justino:

ANTÈS, S. *Corippe (Flavius Cresconius Corippus). Éloge de l'empereur Justin II. Texte établi et traduit par Serge Antès*, Les Belles Lettres, Paris, 1981.

CAMERON, Av., *Flavius Creconius Corippus. In laudem Iustini Augusti minoris libri IV*. Ed., Transl. And Comm. by Averil Cameron, Athlone Press, London, 1976.

Comentários e traduções

RAMIREZ DE VERGER, A. *Flavio Cresconio Coripo. El Panegírico de Justino II. Introducción, edición crítica y Traducción*. Universidad de Sevilla, Sevilla, 1985.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 – 2021.2. p. 265-285.
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13935

ROMANO, D. "L'ultimo epos latino. Interpretazione della *Iohannis*" *Letteratura e Storia nell'eta tardotromana*, Palermo, Vittorietti. 252-262, 1968.

ROMANO, D. *Corippo. In laudem Iustini, a cura di Domenico Romano*, Vittorietti, Palermo, 1970.

STACHE, U. J. *Flavius Cresconius Corippus, In laudem Iustini Augusti minoris Ein Kommentar*. Verlag Mielke, Berlin, 1976.

VINCHESE, M.A. *Flavii Cresconii Corippi Iohanidos Liber primus. Introduzione, testo critico, traduz e comm.*, M. D'Auria, Napoli, 1983.

TOMMASI MORESCHINI, Ch. O. *Flavii Cresconii Corippi. Iohannidos Liber III*. Le Monnier Firenze, 2001.

RAMIREZ TIRADO, A. *Juánide. Panegírico de Justino II. Introd. Trad. Notas*, Gredos, Madrid, 1997.

Outras fontes consultadas

PROCOPIO DE CESAREA. *Historia de las Guerras. Guerra vándala. Libros III-IV*, Introd. Trad. not. J. A. FLORES RUBIO, Gredos, Madrid, 2000.

Bibliografia moderna

BARBERO DE AGUILERA, A. "El conflicto de los tres capítulos y las iglesias hispánicas en los siglos VI y VII", *SHHM*, 5, 123-144, 1987.

CAMERON, Al. "Wandering Poets: a Literary Movement in Byzantine Egypt", *Historia*, 14, 470-509, 1965.

CAMERON, Al. *Circus Factions: Blues and Greens at Rome and Byzantium*, Oxford University Press, Oxford, 1976.

CAMERON Av. "The Vergilian cliché of the hundred mouths in the *Iohannis* of Corippus", *Philologus*. 106. 308-309, 1977.

CAMERON Av. "The Career of Corippus again", *Classical Quarterly*, 30.534-539, 1980.

CAMERON, Av. "Corippus' *Iohannis*: Epic of Byzantine Africa", *Papers of the Liverpool Latin Seminar* 4. 167-180 (Ed., *Changing Cultures in Early Byzantium*, Variorum, 1996).

CAMERON, Av., *The Mediterranean world in late antiquity. 395-600 A.D.* Routledge, London, New York. Ed. en castellano *El mundo Mediterráneo en la Antigüedad Tardía. 395-600.* 1998. Crítica, Barcelona, 1993.

CLAVEL-LEVEQUE, M. " L'espace des jeux dans le monde romain: hégémonie, symbolique et pratique sociale " *ANRW*, II, 16,3. 2045-2563, 1986.

COURCELLE, P. *Histoire Littéraire des grandes invasions germaniques, Etudes Augustiniennes*, Paris, 1964.

COURTOIS, CH. *Les vandales et l'Afrique.* Arts et Métiers graphiques, Paris, 1955.

CRAMER, F. "Was heisst Leute?", *Achiv fur lateinische Lexicographie*, VI, 341-376, 1989.

CHADDWICK, H. *East and West. The Making of a Rift in the Church. From Apostolic Times Until the Council of Florence*, ed. H. and Owen Chadwick Oxford University Press, . Oxford, New York, 2003.

ESTEFANIA ÁLVAREZ, M^a. D. N. *Los panegíricos de Flavio Cresconio Corippo*, Universidad de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1972.

EVANS, J.A.S., *The age of Justinian. The Circumstances of Imperial Power*, Routledge, New York.

DAGRON, G. *Naissance d'une capitale. Constantinople et ses institutions de 330 a 461*, PUF, Paris, 1974.

DÍAZ BAUTISTA, A. *Estudios sobre la banca bizantina*, Universidad de Murcia, Murcia, 1987.

DUCHESNE, L. *L'église au VIe siècle*, E. de Boccard, Paris., 1925.

HALDON, J. F. *Byzantium in the seventh century*, Cambridge University Press. Cambridge, 2003.

HAYS, G. "Romuleis Libicisque Litteris: Fulgentius and the Vandal Renaissance", en MERRILLS, A.H., *Vandals, Romans and Berbers. New Perspectives on Late Antique North Africa*, Ashgate, Burlington, 101-132, 2004.

HEATHER, P. *The Restoration of Rome. Barbarian Popes & Imperial Pretenders*, Oxford University Press, Oxford, 2013.

HIDALGO DE LA VEGA, M^aJ. *El intelectual la realeza y el poder político en el Imperio romano*, Universidad de Salamanca, Salamanca, 1995.

HIDALGO DE LA VEGA, M^aJ., PÉREZ SÁNCHEZ, D, RODRÍGUEZ GERVÁS, M., «Poder político y legitimación: el panegírico de Coripo y su utilización en el reino visigodo de Toledo», *XI^o Congress of the International Federation of the societies of classical studies (FIEC)*, Kavala (Grecia), 24 al 30 de agosto de 1999; *HPAKTIKA*. Atenas, 2001, pp. 376-392.

HOFMANN, H, "Corippus as a patristic autor", *Vigiliae Christianae*, XLIII, 1989, 361-377.

KASTER, R.A. *Guardians of Language. The Grammarian and Society in Late Antiquity*, University of California Press, Berkeley, London, Los Angeles, 1988.

EICHERT, D. L. *Corippus'Route to Constantinople , the Political Function of Panegyrics at the Court of Justin II and Sophia*, Budapest, 2017 ([http/ / www.etd.ceu.edu](http://www.etd.ceu.edu) > eichert_david; Acceso 24 Septiembre 2018)

FEARS, J.R. "The Theology of Victory at Rome", *ANRW*, II, 17,2,. 376-826, 1981.

LASSÈRE J.-M. "La Byzacène méridionale au milieu du VI^{ème} siècle pC. d'après la Johannide de Corippus", *Pallas*, 31, 163-178, 1984.

MARAVALL, P. *Justinien. Le rêve d'un empire chrétien universel*, [Tallandier](http://www.tallandier.com), Paris, 2016.

MARTINDALE, J. *Public disorders in the late Roman empire*, unpublished B.Litt. thesis. Oxford, 1960.

MAZZARINO, S. "Annunci e Publica Laetitia: Liscrizione romana di Fausto e altri testi" en *Antico, tardoantico ad era costantiniana*, Dedalo, Roma, 1974, 229-250.

McCORMACK, S. *Art and Ceremony in Late Antiquity*, University of California Press, Los Angeles, London, 1981.

McCORMACK, S. "Roma, Constantinopolis, the emperor, and his Genius", *CQ*, 25, 131-150, 1975.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 – 2021.2. p. 265-285.
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13935

McCORMICK, M. *Eternal Victory. Triumphal Rulership in Late Antiquity, Byzantium and The Early Medieval West*. Harvard University, Massachusetts, 1990.

MAIER, F.G.. *Las transformaciones del mundo mediterráneo: siglos III-VIII*, Col. Historia universal S. XXI, 9; Madrid, México, 1987.

MERRILS, A.&MILES, R. *The Vandals*. Chichester Oxford, 2010.

MODERAN, Y. "Corippe et l'occupation byzantine de l'Afrique: pour une nouvelle lecture de la Johannide", *Antiquités Africaines*, 22, 1986, pp. 195-212.

MODERAN, Y. *Les maures et l'Afrique romaine (IVe-VIIe siècle)*, Publications de l'École française de Rome, Rome, 2003.

MOORHEAD, J. *Justinian*, Routledge, London, 1994.

NIPPEL, W. *Public order in ancient Rome*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995.

NISSEN, TH. "Historisches Epos und Panegyrikos in der Spätantike", *Hermes*, 75, 298-325, 1940.

PATAGLEAN, E. *Pauvreté économique et pauvreté sociale à Byzance 4e-7e siècles*. Mouton, Paris, La Haye, 1977.

RAMÍREZ DE VERGER, A. "La imagen de la realeza en el Panegírico de Justino de Flavio Cresconio Coripo" en *La imagen de la realeza en la antigüedad*, Ed. Jose M. Candau Morón, Fernando Gasco, Antonio Ramírez de Verger, Coloquio, Madrid, 191-206, 1988.

RODRÍGUEZ GERVÁS, M. "La imagen del pueblo en el panegírico de Coripo a Justino II", *SHHA*, 16, 331-346, 1998.

RODRIGUEZ GERVÁS, M. "la retórica del siglo IV: espacios de integración y exclusión del bárbaro" *SHHA*, 149-165, 2008.

STEIN, E.: *Histoire du Bas-Empire. De la disparition de l'Empire d'Occident à la mort de Justinien (476-565)*, 2^o v. Desclée de Brouwe, Paris-Bruxelles-Amsterdam, 1949.

STRAUB, J. *Herrscherideal in der Spätantike*. Kohlhammer, Stuttgart, 1939.

TOMMASI MORESCHINI, Ch. O. "La *Iohannis* corippea: recupero e riscrittura dei modelli classici e cristiani", *Prometheus*, 27. 250-276., 2001.

TOMMASI MORESCHINI, Ch. O. "Realtà della storia e retorica dell'impero nella « *Iohannis* » di Corippo", *Athenaeum*, 90.1. 161-185, 2001.

TOMMASI MORESCHINI, Ch. O., "La rhétorique face aux nouveaux maîtres: manifestes littéraires et idéologique en Afrique vandale", en *Manifestes littéraires dans la latinité tardive. Poétique et Rhétorique. Act. Colloq. International*, Paris, 23-24 Mars, ed. P. GALLAND-HALLYN & V. ZARINI, 145-161, 2009.

VESPIGNANI, G. *Simbolismo magia e sacralità dello spazio circo*, en *Quaderni della Rivista di Bizantinistica*, 14, Bologna, 1994.

VINCESI, M. A., "Tradizione letteraria e pubblico nella *Iohannis* di Corippo" en F. CONCA & R. MASIANO (Eds), *La Mimesi Bizantina*, Napoli, 1998. 193-207.

WHITBY, M., "The successors of Justinian", en *The Cambridge Ancient History. Late Antiquity: Empire and Successors, A.D. 425-600*, XIV, Cambridge University Press, Cambridge, 87-111, 2004.

ZARINI, V. Théologie du pouvoir et poésie latine dans l'Antiquité tardive (IVe-VIe s.): de la conversion du messianisme virgilien à la distance critique envers le pouvoir, *Poesia e teologia nella produzione latina dei secoli IV-V: atti della X Giornata ghisleriana di filologia classica*, Pavia, 1-12, 2015.